



EDITAL LICITATÓRIO
CARTA CONVITE Nº.037/2011.

A Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha, através do seu Departamento de Compras e Licitações, pela presente, convida Vossa Senhoria a participar da **LICITAÇÃO NA MODALIDADE DE CARTA CONVITE, DO TIPO MENOR PREÇO GLOBAL sob o Nº. 037/2011**, em conformidade com a Lei Federal Nº. 8.666, de 21 de junho de 1993 e suas alterações posteriores, bem como com a Lei Complementar nº. 123, de 14 de dezembro de 2006, cujo Envelope nº. 01 contendo a Habilitação e nº. 02 contendo a Proposta de Preços deverão ser entregues na data, local e horário, aqui determinados, mediante as seguintes condições:

DATA DE ABERTURA: 09/01/12.

HORÁRIO: 14 horas.

LOCAL: Sala de Reuniões da Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha, sito na Av. Borges de Medeiros, 456, neste Município.

REQUISITANTE: Secretaria Municipal das Obras, Trânsito e Segurança.

DESTINO: Abertura, Ampliação e Pavimentação de Ruas e Avenidas.

CONSTITUEM ANEXOS E PARTES INTEGRANTES DESTA LICITAÇÃO: Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Cronograma Físico-Financeiro, Plantas, Levantamento Planimétrico e Minuta de contrato.

1 - OBJETO

O objeto do presente contrato consiste na contratação de Empresa para prestação serviços e fornecimento de materiais destinados a PAVIMENTAÇÃO COM PEDRA BASÁLTICA IRREGULAR E MEIO FIO EM CONCRETO, COM 276,36 METROS DE COMPRIMENTO POR 8,00 METROS DE LARGURA DA RUA DANTON PASQUALINI DA ROSA, neste município, de acordo com o solicitado no Memorando nº. 344/2011 e Pedido nº. 2011/3577 oriundos da Secretaria Municipal das Obras, Trânsito e Segurança, e Memorial Descritivo, planilhas Orçamentárias, Plantas, Levantamento Planimétrico e Cronograma Físico-Financeiro em anexo, sendo estes, partes integrantes do presente processo licitatório.

1.1 – ESPECIFICAÇÕES DO OBJETO:

1.1.1- A respectiva obra será executada de forma indireta, no regime de empreitada por preço global.

1.1.2- A execução do serviço obedecerá ao projeto. Toda e qualquer alteração que por necessidade deva ser introduzida no projeto ou nas especificações, visando melhorias, só será admitida com autorização da fiscalização por escrito e em duas vias;

1.1.3- Poderá a fiscalização paralisar os serviços ou mesmo mandar refazê-los, quando os mesmos não se apresentarem de acordo com as especificações, detalhes ou normas de boa técnica.



1.1.4- Fica expressamente proibida a utilização de qualquer equipamento ou material da Prefeitura Municipal de Santo Antônio da Patrulha, para realização dos serviços, objeto deste certame.

1.1.5- A empresa contratada deverá fornecer todos os equipamentos, materiais e mão-de-obra necessários para a realização dos serviços.

1.1.6- A empresa vencedora ficará responsável pela locomoção de funcionários e equipamentos até o local de execução dos serviços.

1.1.7- Serão desclassificadas as propostas apresentadas com valor superior ao máximo admitido pela administração, ou seja, que ultrapassem o valor de R\$ 98.363,20.

1.1.8 – O Levantamento Planimétrico, parte integrante deste edital, fica a disposição dos interessados, para verificação e/ou plotagem por conta do interessado, no Departamento de Compras desta Prefeitura Municipal.

2 – CONDIÇÕES DE PAGAMENTO

2.1 - O pagamento da prestação do serviço, objeto deste contrato, dar-se-á em moeda corrente vigente no País, da seguinte forma:

2.1.1 – Efetuado em 03 (três) PARCELAS, correspondentes aos serviços estabelecidos para execução, e será efetuado em até 15(quinze) dias após o término do serviço.

2.1.2 - O respectivo pagamento somente será liberado para quitação, 15 (quinze) dias após o término dos serviços, mediante autorização por escrito – LAUDO TÉCNICO –, emitido pela CONTRATANTE, através do Engenheira Eliane Peirano Coutelle responsável por seu acompanhamento e fiscalização, obedecendo ao critério mensal de medição. A fatura deverá vir acompanhada do comprovante de registro da obra junto ao INSS e a última da Certidão Negativa de Débito do referido órgão, prova de regularidade junto ao FGTS, cópia da carteira de trabalho assinada, documento de eventuais pagamentos de insalubridade, cópia dos recibos de pagamentos salariais e, se for o caso, de verbas rescisórias, dos referidos funcionários.

2.1.3 - As faturas relativas aos serviços executados pela **CONTRATADA**, deverão conter as quantidades e valores de todos os serviços executados, devendo constar, obrigatoriamente, no corpo das Notas Fiscais o seguinte: **CARTA CONVITE Nº. 037/2011**, e o nº. do empenho prévio, emitido por esta Prefeitura, referente a esta obra.

2.1.4 - A **CONTRATADA** deverá emitir e apresentar ao **CONTRATANTE**, fatura em 03 (três) vias, da qual constem, discriminadamente, por itens e detalhes, todos os serviços executados, após a conclusão dos mesmos.

2.1.5 - O CNPJ da **CONTRATADA** constante na Nota Fiscal deverá ser o mesmo da documentação apresentada no processo licitatório.

2.1.6 - Não será efetuado qualquer pagamento à **CONTRATADA** enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, por parte da mesma, de qualquer de seus Sócios ou Diretores, correspondente a Tributos ou outros, de qualquer natureza, para com a **CONTRATANTE**, assim como, pela inadimplência deste ou outro Contrato qualquer.

2.1.7- A **CONTRATANTE** não efetuará nenhum pagamento a **CONTRATADA**, caso este, em que a mesma tenha sido multada, antes de ter sido paga a multa.

2.1.8- A **CONTRATADA** deverá apresentar a **CONTRATANTE** a quitação da folha de pagamento dos funcionários que trabalharão na execução da obra, ou, do respectivo contrato de prestação de serviços, bem como, comprovante de quitação dos encargos previdenciários resultantes da execução do contrato.



2.1.9 - A Prefeitura Municipal não realizará liquidação e pagamento de despesas sem que a **CONTRATADA**, comprove documentalmente, a concessão de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), o pagamento integral de salário, férias, gratificação natalina, verbas rescisórias e o recolhimento integral de INSS e FGTS, relativamente a todos os empregados vinculados aos serviços contratados. Bem como, fiscalizará o cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária por parte da **CONTRATADA**.

3 – PRAZO DE EXECUÇÃO E DO RECEBIMENTO

3.1 – Provisoriamente, pela Engenheira ELIANE PEIRANO COUTELLE responsável por seu acompanhamento e fiscalização, mediante termo circunstanciado (Laudo Técnico de Vistoria), assinado pelas partes, dentro de 10(dez) dias da comunicação por escrito da CONTRATADA.

3.2 - Definitivamente, pelo Engenheiro ELIANE PEIRANO COUTELLE designado pela autoridade superior competente, mediante termo circunstanciado, assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, que será de 30(trinta) dias, ou de vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

3.3 – O recebimento provisório ou definitivo, não exclui a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra, nem a ética-profissional, pela perfeita execução do contrato.

3.4 – A CONTRATANTE, rejeitará no todo ou em parte, a obra ou serviço, que estiver em desacordo com o edital licitatório, seus anexos e respectivo contrato, ou que demonstre qualquer anormalidade (defeito e avarias) na sua execução.

3.5 – A fiscalização da respectiva obra, bem como, do respectivo contrato, serão efetuados pelo Engenheiro ELIANE PEIRANO COUTELLE e pelo Servidor, Sr. DELMO TEDESCO.

4 – DO CONTRATO

4.1 - DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA

NO MOMENTO DA ASSINATURA DO CONTRATO A EMPRESA DEVERÁ OBEDECER AOS SEGUINTE CRITÉRIOS, SOB PENA DE DECAIR O DIREITO DE CONTRATATAR:

4.1.1– Apresentar a relação dos funcionários envolvidos, diretamente, na execução da obra, obrigando-se a mantê-la atualizada durante a vigência do contrato.

4.2 – DOS TERMOS DO CONTRATO À SER FIRMADO:

4.2.1 - O contrato a ser firmado entre as partes, terá vigência de 90 (noventa) dias úteis e trabalhados, mais 40 dias até seu recebimento definitivo, contados da data de recebimento da ordem de serviço por parte da empresa contratada, não podendo ultrapassar

4.2.2 – A empresa deverá consignar garantia da obra de 05 (CINCO) anos, conforme previsto no art. 27 da Lei n.º.8.087 de 11/09/90.

4.2.3 – A inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão com as conseqüências contratuais e as previstas em Lei ou Regulamento com base nos artigos 77 a 80 da Lei n.º.8.666/93.

4.2.4. - A LICITANTE VENCEDORA ao ser convocada para assinatura do respectivo contrato, deverá apresentar-se, no prazo máximo de 03(três) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação.

4.2.5- A rescisão das obrigações decorrentes desta Carta Convite, se processará de acordo com o que estabelecem os artigos 77 a 80 da Lei n.º 8.666/93 e suas alterações posteriores, e em casos omissos, a legislação civil em vigor.



4.3 – DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATADA:

4.3.1 – Substituir no prazo máximo de uma semana, pessoa sob a sua responsabilidade, que esteja prejudicando o bom andamento dos trabalhos.

4.3.2 - Refazer quaisquer obras e serviços, ou, substituir materiais executados ou fornecidos com defeitos, avarias ou em desobediência às Normas Técnicas Vigentes, às suas expensas, desde que, atestado pela Fiscalização do Município, que registrará o fato no Diário de Obras, e determinará as providências cabíveis no caso.

4.3.3 – Remover durante e após a conclusão dos trabalhos, entulhos, restos de materiais e lixos de qualquer natureza, provenientes da obra ou serviços, objeto da presente licitação.

4.3.4 – Cumprir e fazer cumprir, todas as normas Federais, Estaduais e Municipais regulamentadoras, sobre medicina e segurança de trabalho de seus empregados, bem como, assumir todas as responsabilidades decorrentes da relação de trabalho, tais como, os encargos previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas.

4.3.5 – Reservar em seu canteiro de obras, instalações para uso da fiscalização da CONTRATANTE, devendo estas instalações, serem submetidas à aprovação desta, se necessário assegurando à mesma o acompanhamento do responsável pela obra e o fornecimento de todas as informações requeridas, bem como, acesso seguro a todos os locais da obra.

4.3.6– **Sinalizar e iluminar convenientemente, às suas expensas, os trechos de execução da obra ou serviço, objeto desta licitação, de acordo com as Especificações Técnicas e Normas Brasileiras, vigentes, bem como, as em vigor no Município.**

4.3.7– Executar tapume em compensado, na frente e laterais do terreno, até o alinhamento da construção existente.

4.3.8– Colocar, às suas expensas, nos lugares de execução das obras ou serviços, em locais visíveis, desde a instalação do canteiro, 02(duas) placas com dizeres e dimensões, de acordo com o modelo fornecido pelo Município, as quais, no término das obras passarão à propriedade deste Município e deverão ser recolhidas ao depósito da Secretaria Municipal das Obras, Trânsito e Segurança.

4.3.9– Reservar em sua sede, local para o acompanhamento e fiscalização dos serviços pelos Engenheiros/Arquitetos indicados pela CONTRATANTE.

4.3.10– Tomar todas as providências relativas às máquinas, equipamentos e transportes necessários à execução da obra.

4.3.11 – **Efetuar o pagamento de todos os impostos, diretos e indiretos referentes à execução da obra.**

4.3.12– **Manter no Diário de Obras, registros de todas as ocorrências da obra, relativas a serviços, prazos, pessoal, maquinários, comunicações entre as partes e demais fatos que se fizerem necessários, atualizados dia a dia.**

4.3.13– Durante toda a vigência do contrato, toda correspondência enviada pela CONTRATADA à CONTRATANTE, referente ao objeto do contrato, deverá ser encaminhada, exclusivamente por meio dos Engenheiros ou Arquiteta, fiscais indicados pelo Município.

4.3.14– Comunicar por escrito, qualquer anormalidade que, eventualmente, apure ter ocorrido na execução dos serviços, ou que possam comprometer a sua qualidade, especialmente, aos referentes aos bens objetos desta licitação.



4.3.15– Assumir inteira e expressa responsabilidade, pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados, bem como, pelos encargos previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas, resultantes da execução dos serviços decorrentes desta licitação.

4.3.16– Prestar informações exatas, e não criar embaraços à fiscalização da CONTRATANTE.

4.3.17– **Não transferir a terceiros no todo ou em parte, as obrigações decorrentes desta licitação, bem como, do contrato a ser firmado entre as partes.**

4.3.18- Indenizar terceiros por prejuízos que vier a causá-los, em decorrência da execução do objeto contratual.

4.3.19– Manter no local da obra ou serviço, o Engenheiro Civil ou Arquiteto responsável, legalmente habilitado e de comprovada experiência na execução de obras ou serviços, similar ao do objeto da presente licitação.

4.3.20– Reparar, corrigir, remover, reconstruir ou substituir as suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução ou de materiais empregados, sem ônus a CONTRATANTE.

4.3.21- O representante da CONTRATANTE, anotará em livro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados. As decisões ou providências que ultrapassem a sua competência, serão solicitadas a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

4.3.22– Registrar o serviço da empreitada no CREA, em observância ao disposto na Lei Nº. 6.496, de 07 de dezembro de 1977, da área a ser ampliada.

4.3.23- Manter, durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;

4.3.24- A fiscalização do cumprimento da prestação dos encargos sociais, previdenciários e trabalhistas devidos aos seus empregados, dar-se-á através do Setor de Contabilidade

4.3.25 - A licitante vencedora ao ser convocada para a assinatura do respectivo contrato, deverá apresentar-se no prazo máximo de 03 (três) dias úteis, sob pena de decair o direito à contratação.

4.3.26 – A contratante deverá colocar no local da obra, placas informativas, orientando a comunidade quanto à execução da mesma.

4.3.27 – Os serviços prestados terão garantia de 05 (cinco) anos, conforme art. 618 do Código civil, a contar do recebimento definitivo do objeto do contrato.

4.3.28- Ressaltamos que, faz-se necessário respeitar as seguintes restrições determinadas pelo Departamento de Meio Ambiente, através do Parecer Técnico nº.013/2011:

a) Solicitação de autorização prévia expedida pelo Departamento de Meio Ambiente, quando da necessidade de supressão vegetal;

b) A implementação da obra deverá obedecer rigorosamente ao memorial descritivo apresentado a este Departamento;

c) O material remanescente resultante das obras deverá ser reutilizado;

d) A empresa contratada para execução da obra deverá responsabilizar-se por qualquer dano ambiental que venha a ocorrer durante o processo de execução;

e) A empresa contratada deverá adotar procedimentos técnicos em conformidade com a legislação ambiental municipal a fim de minimizar impactos na vizinhança no que se refere a emissão de ruídos, poluição atmosférica e transtorno no trânsito;



f) Fica expressamente proibido o acúmulo de entulhos proveniente da obra no local de implementação dos serviços, sendo que os mesmos deverão ser encaminhados a local devidamente licenciado;

4.4- DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE:

4.4.1- O pagamento da parcela, conforme determinado neste instrumento.

4.4.2- A fiscalização dos serviços contratados, para exigir o fiel cumprimento do objeto contratual, o que será feito através do Engenheiro ELIANE PEIRANO COUTELLE, designado pela Secretaria Municipal da Gestão e do Planejamento, e pelo Secretário Municipal da Saúde, Sr. DELMO TEDESCO.

5- DA HABILITAÇÃO

5.1 - Os proponentes deverão apresentar para a fase de habilitação, em original ou por processo de cópia (xeróx) devidamente autenticados em cartório competente, ou por servidor desta Municipalidade (sem ônus), os seguintes documentos:

- a)** Certidão Negativa, relativa à prova de regularidade junto ao **INSS e FGTS**;
- b)** **Ato Constitutivo, estatuto ou contrato social**, e, a última alteração (se houver) da empresa, em vigor, devidamente registrado, e, no caso de sociedades por ações, acompanhado de documentos de eleição de seus administradores, possuindo objeto contratual compatível com o ora licitado;
- c)** Prova de regularidade com a **FAZENDA FEDERAL (Certidão Negativa de Débito de Tributos e Contribuições Federais, conjunta com a Certidão Negativa de Débitos quanto à Dívida Ativa da União), ESTADUAL e MUNICIPAL**, sendo a última do domicílio ou sede do licitante;
- d)** Comprovação da Autorização de funcionamento da empresa participante da licitação (**Alvará de Funcionamento**), do Município de sua sede;
- e)** **Certidão Negativa de Falência ou Concordata**, expedida pelo distribuidor da sede da pessoa jurídica, ou de execução patrimonial, expedida no domicílio da pessoa física, em prazo não superior a 30 (trinta) dias da data designada para a apresentação do documento.
- f)** **Declaração, sob as penas da lei, que ateste o cumprimento do disposto no inciso XXXIII do art. 7º da Constituição Federal.**
- g)** Registro da empresa na entidade profissional competente, **CREA**, devendo possuir Engenheiro Civil ou Arquiteto devidamente habilitado;
- h)** **Comprovação de vínculo empregatício entre o responsável técnico e a empresa.** O responsável técnico deve ser do quadro permanente do licitante, devendo comprovar sua condição de sócio, empregado ou contratado, através de cópia autenticada do respectivo documento.
- i)** **Comprovação de capacitação técnico-profissional**, em nome do responsável técnico da empresa, registrado no CREA, fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, através de atestado de responsabilidade técnica por execução de obra ou serviço de características semelhantes aos objetos ora licitado.
- j)** **Comprovação de aptidão técnico-operacional**, em nome da empresa, para desempenho de atividade pertinente e compatível em características, quantidades e



prazos com os objetos da licitação, que será feita por atestados fornecidos por pessoas jurídicas de direito público ou privado, devidamente registrados nas entidades profissionais competentes.

- k) Declaração fornecida pelo órgão licitante**, de que a participante tomou conhecimento de todas as informações e das condições locais para o cumprimento das obrigações objeto da licitação. **Devendo esta, ser assinada pelo facilitador ou gestor do projeto e, pelo responsável técnico da empresa.**

5.2-Todos os documentos constantes no envelope n.º01, deverão estar autenticados, exceto, os originais e os emitidos via internet, pois estes últimos possuem certificação digital.

5.3 - Será admitida a comprovação de aptidão através de certidões ou atestados de obras ou serviços similares de complexidade tecnológica e operacional equivalente ou superior.

5.3.1- Considera-se compatível o objeto cuja complexidade tecnológica seja similar aos objetos licitados e sua execução **garde proporcionalidade entre as áreas executadas e os períodos utilizados para tanto.**

5.4- A prova de capacitação técnica da empresa e do responsável técnico pode se dar em atestados separados ou em um único documento.

6 – DOS DEMAIS DOCUMENTOS

6.1- O representante da empresa proponente, deverá para poder assinar, intervir, desistir de prazos e, ou recorrer em nome da empresa, **possuir documento credenciando-o** para a licitação, com firma reconhecida, exceto se o mesmo for sócio da empresa, caso em que bastará documento de identificação.

6.2- Os documentos supra citados deverão estar em plena validade, e quando não tiverem sua validade expressa, deverão ser emitidos no máximo, **com 60 (sessenta) dias de antecedência** da data prevista para abertura do certame.

6.3- Se a empresa proponente, necessitar de autenticações por servidor da Prefeitura, deverá encaminhar-se ao Departamento de Compras e Licitações, em horário normal de expediente, **até 01(uma) hora antes**, que anteceder a data da abertura da Licitação, ultrapassado este prazo, não mais serão concedidas autenticações.

6.4- A documentação exigida no item 5.1 do edital poderá ser substituída, conforme disposto no parágrafo 3º do art. 32 da Lei 8.666/93, pelo Certificado de Registro Cadastral do Município de Santo Antônio da Patrulha - CRC - com validade plena, sendo necessária a apresentação em anexo a este, de possíveis documentos vencidos.

6.5 - A empresa que pretender se utilizar dos benefícios previstos nos art. 42 à 45 da Lei Complementar n.º. 123, de 14 de dezembro de 2006, disciplinados nos itens "7.1 e 7.2 ", deste edital, DEVERÁ apresentar no envelope n.º.01/habilitação, DOCUMENTO EMITIDO PELA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO, comprovando que a mesma se enquadra como microempresa ou empresa de pequeno porte (ou, ainda, no caso de cooperativa, de que satisfaz as exigências do art. 34 da Lei 11.488/07).

6.5.1- O documento solicitado no item 6.5 do edital deverá ser referente ao último Balanço Patrimonial registrado.

6.5.2 – A empresa que deixar de apresentar a comprovação exigida no item 6.5 receberá o mesmo tratamento dispensado às demais empresas beneficiadas pelo Estatuto da Microempresa, sendo entendida a sua OMISSÃO, como renúncia a qualquer privilégio.



7- DA PARTICIPAÇÃO DE MICROEMPRESA, EMPRESA DE PEQUENO PORTE E COOPERATIVAS

7.1 - Se a participante do certame for empresa de pequeno porte, microempresa ou cooperativa, deverá **apresentar toda a documentação** exigida para efeito de regularidade fiscal, mesmo que esta apresente alguma restrição, conforme estabelece a **Lei Complementar Nº. 123/2006**.

- a) Havendo alguma restrição na comprovação da regularidade fiscal, será assegurado o prazo de 02(dois) dias úteis, cujo termo inicial corresponderá ao momento em que o proponente for declarado o vencedor do certame, prorrogáveis por igual período, a critério da Administração Pública, para a regularização da documentação, pagamento ou parcelamento do débito, e emissão de eventuais certidões negativas ou positivas com efeito de certidão negativa.
- b) A não-regularização da documentação, no prazo previsto no §1º do Art. 44, da LC 123/2006, implicará decadência do direito à contratação, sem prejuízo das sanções previstas no Art. 81 da Lei nº 8.666, de 21 de junho de 1993, sendo facultado à Administração convocar os licitantes remanescentes, na ordem de classificação, para a assinatura do contrato, ou revogar a licitação.

7.2 - Nas licitações será assegurada, como critério de desempate, preferência de contratação para as microempresas, empresas de pequeno porte e cooperativas.

- c) Entende-se por empate aquelas situações em que as propostas apresentadas pelas microempresas e empresas de pequeno porte sejam iguais ou até 10%(dez por cento) superiores à proposta mais bem classificada.
- d) Para efeito do disposto no Art. 44 da LC 123/2006, ocorrendo o empate, proceder-se-á da seguinte forma:
- e) A microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa mais bem classificada poderá apresentar proposta de preço inferior àquela considerada vencedora do certame, situação em que será adjudicado em seu favor o objeto licitado.
- f) Não ocorrendo à contratação da microempresa, empresa de pequeno porte ou cooperativa, na forma do inciso I do caput do Art. 44, da LC 123/2006, serão convocadas as remanescentes que porventura se enquadrem na hipótese dos §§ 1º e 2º do Art. 44 da LC 123/2006, na ordem classificatória, para o exercício do mesmo direito.
- g) No caso de equivalência dos valores apresentados pelas microempresas e empresas de pequeno porte que se encontrem nos intervalos estabelecidos nos §§ 1º e 2º do Art. 44 da LC 123/2006, será realizado sorteio entre elas para que se identifique aquela que primeiro poderá apresentar melhor oferta.
- h) Na hipótese da não-contratação nos termos previstos no caput do Art. 44 da LC 123/2006, o objeto licitado será adjudicado em favor da proposta originalmente vencedora do certame.
- i) O disposto no Art. 44 da LC 123/2006, somente se aplicará quando a melhor oferta inicial não tiver sido apresentada por microempresa ou empresa de pequeno porte.

8 - DA PROPOSTA

8.1 – FORMA DE ELABORAÇÃO DAS PROPOSTAS – ENVELOPE Nº. 02

8.1.1 - As propostas deverão ser datilografadas ou impressas, em uma via, em idioma português, datadas e assinadas pelos representantes legais da licitante, rubricadas, isentas de emendas, rasuras, ressalvas ou entrelinhas.



8.1.2 - Considerando tais, a proposta deve abranger preços com inclusão de impostos em valores unitários e totais, **já incluídos os custos de frete ou deslocamento**, considerando o local da obra previsto neste instrumento, com encargos fiscais, comerciais, sociais e trabalhistas, cotados em moeda corrente nacional.

8.1.3 - **Consignar os preços por item, devendo os unitários e totais, serem expressos em algarismos, e a soma do TOTAL GERAL DA PROPOSTA, em algarismos e por extenso, em moeda corrente nacional.**

8.1.4 - As propostas deverão abranger as despesas com a prestação de serviços e o fornecimento de materiais, para a execução da respectiva obra, objeto deste certame e serem elaboradas apresentando as seguintes informações:

- a.1)** Valor total dos Materiais: R\$
- a.2) Valor total da Mão-de-Obra** R\$
- a.3)** Total Geral da Proposta: R\$ (por extenso)

8.1.4.1 - Os licitantes deverão, obrigatoriamente, apresentar anexo a sua proposta, a respectiva Planilha Orçamentária e o Cronograma Físico-Financeiro, assinado pelo responsável técnico da empresa, contendo todas as discriminações necessárias para um bom entendimento e julgamento da presente licitação, portanto, deverão estar em conformidade com o solicitado neste edital e seus anexos, sob pena da proposta que divergir destas condições ou dificultar o seu julgamento, ser declarada “desclassificada” do certame.

8.2- CRITÉRIOS DE JULGAMENTO

8.2.1 - O julgamento e classificação das propostas serão avaliados em função do **PREÇO COTADO GLOBAL**, classificando-se em primeiro lugar, a proposta formulada de acordo com as especificações descritas no edital licitatório e seus anexos, e que **consignar o MENOR PREÇO**. Ocorrendo empate, adotar-se-á o critério de sorteio, conforme Art. 45, parágrafo 2º, da Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores.

8.2.2 - Serão desclassificadas as propostas que se apresentarem em desconformidade com este edital, bem como preços unitários e/ou global superestimados ou inexequíveis.

8.2.3 - Serão desclassificadas as propostas apresentadas com valor superior ao máximo admitido pela administração, ou seja, que ultrapassarem o valor de R\$ 51.800,48.

8.2.4 - **Havendo dúvida sobre a exequibilidade de uma ou mais propostas, fixará a Comissão Prazo não inferior a 72 (setenta e duas) horas para que o licitante comprove a viabilidade de seus preços.**

8.2.5- Esta licitação será processada e julgada com observância do previsto nos artigos 43 e 44 e seus incisos e parágrafos da Lei 8.666/93.

8.2.6- Em caso de empate entre duas ou mais propostas, após obedecido o disposto no § 2º do art. 3º da Lei 8.666/93, será utilizado o sorteio, em ato público, com a convocação prévia de todos os licitantes.

8.2.7- Os documentos para a fase de HABILITAÇÃO, bem como, as PROPOSTAS DE PREÇOS, deverão ser apresentadas em envelopes distintos, contendo a seguinte indicação na parte externa (exemplo):

ENVELOPE 01
HABILITAÇÃO
NOME DA EMPRESA/FONE
CARTA CONVITE Nº.037/2011

ENVELOPE 02
PROPOSTA DE PREÇOS
NOME DA EMPRESA/FONE
CARTA CONVITE Nº.037/2011



9 - DOS RECURSOS

Em todas as fases da presente licitação, serão observadas as normas previstas nos incisos, alíneas e parágrafos do art. 109 da Lei 8.666/93.

10 – DAS PENALIDADES

Salvo por motivo de força maior ou caso fortuito, nos casos de descumprimento contratual pela **CONTRATADA**, a **CONTRATANTE** poderá decidir pela **RESCISÃO CONTRATUAL**, independentemente das seguintes penalidades.

10.1 – Multa de 0,5% (meio por cento) do valor atualizado do contrato, por dia de atraso, na entrega do objeto, limitado esta a 05 (cinco) dias após a solicitação da Secretaria, após será considerado inexecução contratual.

10.2 - Multa de 8 % (oito por cento) do valor atualizado do contrato, no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 01 (um) ano.

10.3 - Multa de 10 % (dez por cento) do valor atualizado do contrato, no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 02 (dois) anos.

10.4 - A Inexecução total ou parcial do contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e legais aplicáveis, de acordo com Art. 87 da 8.666/93. Constitui também, motivos para a rescisão do contrato os arrolados no art. 78 da mesma Lei.

10.5 - A multa será descontada dos pagamentos, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente.

10.6 - Nenhum pagamento será feito ao contratado que tenha sido multada antes de paga a multa.

10.7 – Causar prejuízo material resultante diretamente da execução ou inadimplência contratual, declaração de idoneidade de licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante o Município e após o prazo não superior a 02 (dois) anos e multa de 10% do valor atualizado do contrato.

10.8 – As penalidades da contratada serão registradas no cadastro dos fornecedores arquivados no Departamento de Compras e Licitações.

10.9 – Da aplicação das penas definidas nos itens 10.1, 10.2, 10.3 e 10.7 do item 10- Penalidades, caberá recurso no prazo de 05(cinco) dias úteis contados da intimação, bem como os recursos contidos no artigo 109 da Lei Federal nº.8.666, de 21 de junho de 1993.

11– DA DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

As despesas decorrentes da contratação oriunda desta licitação correrão à conta das seguintes dotações orçamentárias:

ÓRGÃO: 06 – SECRETARIA MUNICIPAL DAS OBRAS, TRÂNSITO E SEGURANÇA

ORÇAMENTÁRIA: 02 – DEPARTAMENTO DE OBRAS URBANAS

FUNÇÃO: 15 – URBANISMO

SUB-FUNÇÃO: 451 – INFRA-ESTRUTURA URBANA

PROGRAMA: 0106 – Ações de Infra-Estrutura e Saneamento

PROJETO: 1109 – Abertura, Ampliação e Pavimentação de Ruas e Avenidas.

DESPESA: 4.4.9.0.51.00.00.00.00 OBRAS E INSTALAÇÕES (228)

RUBRICA: 44905199000000 OUTRAS OBRAS E INSTALAÇÕES



12- DISPOSIÇÕES FINAIS

12.1 - Os proponentes para participarem deste certame, deverão estar de pleno acordo com as condições pré-estabelecidas neste edital.

12.2 - Decairá do direito de impugnar perante a Administração, os termos deste Edital, aquele que o tenha aceito sem objeção ou venha apontar depois do julgamento, falhas ou irregularidades que o viciaram, hipótese em que tal comunicação não terá efeito de recurso (Art. 41, parágrafo 1º. e 2º. da Lei 8.666/93).

12.3 - Nenhum tipo de Impugnação ao edital, bem como Recurso Administrativo, serão aceitos por via “fax ou e-mail”, somente será considerado válido, se for entregue em original e protocolado nesta Prefeitura Municipal, aos cuidados da Comissão Permanente de Licitações.

12.4- Só terão direito de usar a palavra, rubricar as propostas, apresentar reclamações ou recursos, assinar ata e os contratos, os licitantes ou seus representantes credenciados e os membros da Comissão Julgadora;

Observação: Não serão lançadas em ata consignações que versarem sobre matéria objeto de recurso próprio, como por exemplo, sobre os documentos de habilitação e proposta financeira (art. 109, inciso I, a e b, da Lei nº. 8.666/93).

12.5- Não serão consideradas as propostas que deixarem de atender qualquer das disposições do presente edital;

12.6- Não serão admitidas, por qualquer motivo, modificações ou substituições das propostas ou quaisquer outros documentos;

12.7- Uma vez iniciada a abertura dos envelopes relativos à documentação, não serão admitidos à licitação os participantes retardatários;

12.8 - A presente licitação, será julgada em todas as suas fases, com observância na Lei Federal Nº. 8.666/93 e suas alterações posteriores.

12.9 - Se a empresa proponente, necessitar de autenticações por parte de servidores desta Prefeitura Municipal (sem ônus), deverá encaminhar-se ao Depto. de Compras, em horário de expediente, até 01(uma) hora antes da abertura da licitação. Ultrapassado este prazo, não mais serão concedidas autenticações.

12.10 – Os envelopes enviados via Correio ou Transportadora, deverão ser remetidos com antecedência e aos cuidados do “DEPARTAMENTO DE COMPRAS”, caso contrário, não nos responsabilizaremos por envelopes que não cheguem em tempo hábil, às mãos da Comissão Permanente de Licitações.

12.11 –Toda e qualquer retificação a este edital, bem como, os julgamentos em todas as fases desta licitação, quando um ou mais licitantes não estiverem presentes no ato, será a respectiva publicidade, efetuada no Diário Oficial dos Municípios do Rio Grande do Sul - FAMURS, Imprensa Oficial deste Município, que pode ser consultado através do site: www.diariomunicipal.com.br/famurs.

12.12 - A autoridade superior competente, para aprovação do procedimento, poderá revogar a licitação por razões de interesse público decorrente de fato superveniente devidamente comprovado, pertinente e suficiente para justificar tal conduta, devendo anulá-la por ilegalidade de ofício ou por provocação de terceiros, mediante parecer escrito e devidamente fundamentado.

12.13 - As empresas licitantes, que não atenderem, ou forem divergentes com as condições estabelecidas neste edital licitatório, na Fase de Habilitação, ou na Fase de Julgamento das



Propostas de Preços, poderão ser declaradas INABILITADAS e/ou DESCLASSIFICADAS, respectivamente, pela Comissão Permanente de Licitações.

12.14 - Demais direitos e deveres, serão disciplinados no contrato a ser firmado entre as partes.

12.15 - Na hipótese de procedimento judicial, fica eleito o Foro da Comarca de Santo Antônio da Patrulha - RS.

12.16- Constituem Anexos deste edital: Memorial Descritivo, Planilha Orçamentária, Plantas, Levantamento Planimétrico e minuta do contrato.

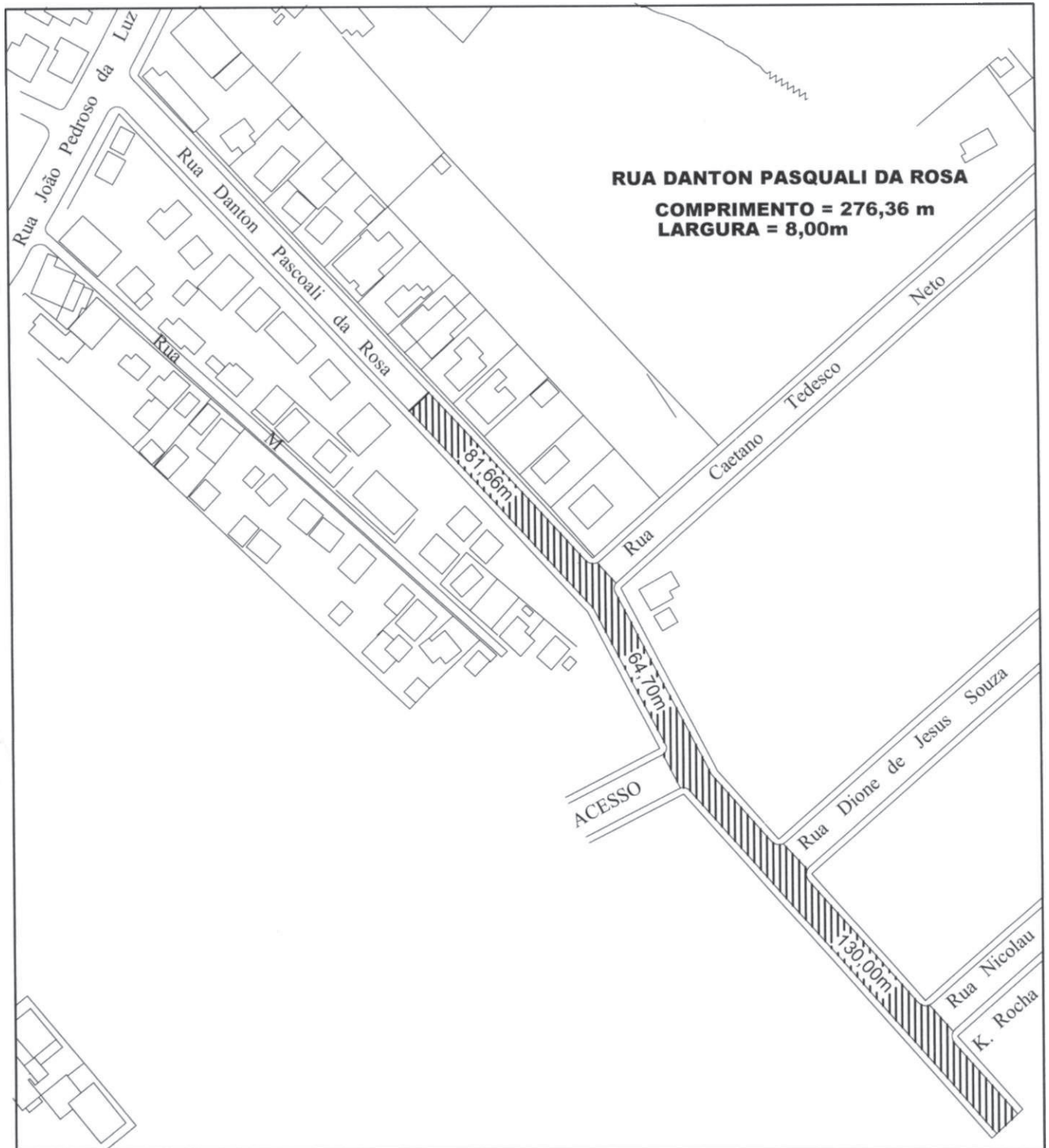
12.17- Este edital e seus anexos encontram-se disponíveis no site da Prefeitura: <http://www.santoantoniodapatrulha.rs.gov.br/prefeitura/> .

13- QUAISQUER INFORMAÇÕES E ESCLARECIMENTOS COMPLEMENTARES, SERÃO PRESTADOS PELO DEPARTAMENTO DE COMPRAS E LICITAÇÕES, DESTA PREFEITURA, NO HORÁRIO DE EXPEDIENTE DAS 12:30 ÀS 18:30 HORAS, OU PELOS TELEFONES (51) 3662- 4000, RAMAL 216 e (51) 3662 1269.

Santo Antônio da Patrulha - RS, 27 de dezembro de 2011.

MANOEL LUIS DAS NEVES ADAM
Secretário Municipal da Administração

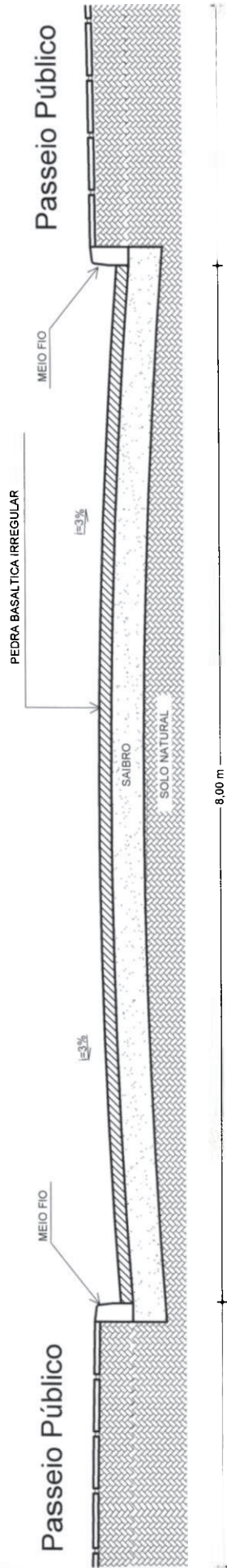
PLANTA DE LOCALIZAÇÃO PAVIMENTAÇÃO



EB6

ELIANE PEIRANO COUTELLE
ENGENHEIRA CIVIL CREA 39541

RUA DANTON PASQUALI DA ROSA - BAIRRO VÁRZEA
PERFIL TRANSVERSAL
- DETALHAMENTO -



EB

PROJETO: ELIANE PEIRANO COUTELLE
ENGENHEIRA CIVIL CREA 39541

ORÇAMENTO - PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA DE BASALTO IRREGULAR E MEIO FIO DE CONCRETO

RUA DANTON PASQUALI DA ROSA - BAIRRO VÁRZEA - SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA
 SEÇÃO TRANSVERSAL: 8,0m
 TRECHO: 276,36m
 ÁREA: 2.340,00m²

Item	Discriminação dos Serviços	Unid	Quant.	Valor unitário	Valor Sub-item	Valor Total
1.0	SERVIÇOS INICIAIS					
1.1	PLACA PADRÃO	um	1,00	R\$ 758,00	R\$ 758,00	
1.2	LOCAÇÃO PLANAL TIMÉTRICA	m ²	2340,00	R\$ 0,99	R\$ 2.316,60	
1.3	TERRAPLENO MOTONIVELADORA - REGULARIZAÇÃO SUBLEITO	m ²	2354,00	R\$ 0,85	R\$ 2.000,90	
1.4	ESCAVAÇÃO MECÂNICA LEITO DA RUA	m ³	468,00	R\$ 8,25	R\$ 3.861,00	
	TOTAL ITEM					R\$ 8.936,50
2.0	PAVIMENTAÇÕES					
2.1	FORNECIMENTO/IMPLANTAÇÃO COLCHÃO SAIBRO	m ³	585,00	R\$ 29,94	R\$ 17.514,90	
2.2	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO PEDRA BASALTO IRREGULAR	m ²	2340,00	R\$ 24,97	R\$ 58.429,80	
2.3	FORNECIMENTO E COLOCAÇÃO MEIO-FIO CONCRETO PRÉ-MOLDADO	m	560,00	R\$ 19,98	R\$ 11.188,80	
2.4	COMPACTAÇÃO COM ROLO VIBRATÓRIO LISO	m ²	2340,00	R\$ 0,98	R\$ 2.293,20	
	TOTAL ITEM					R\$ 89.426,70
	VALOR TOTAL DOS SERVIÇOS				100%	R\$ 98.363,20
	VALOR DE MÃO				33%	R\$ 32.459,86
	VALOR DE MATERIAL				67%	R\$ 65.903,34

ELB

ENGENHEIRA CIVIL ELIANE PEIRANO COUTELLE - CREA 39541

OUTUBRO DE 2011

ELB

CRONOGRAMA FÍSICO-FINANCEIRO

RUA DANTON PASQUALI DA ROSA - BAIRRO VÁRZEA - SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA
SEÇÃO TRANSVERSAL: 8,0m
TRECHO: 276,36m
ÁREA: 2.340,00m²

Item	DISCRIMINAÇÃO DOS SERVIÇOS	Peso %	Valor Total (R\$)	Peso %	Mês 1 R\$	Peso %	Mês 2 R\$	Peso %	Mês 3 R\$
1.0	SERVIÇOS INICIAIS	4,05	8.936,50	100,00	8.936,50	-	-	-	-
2.0	PAVIMENTAÇÕES	95,95	89.426,70	30,00	26.828,01	35,00	31.299,35	35,00	31.299,35
	TOTAL SIMPLES	100,00	98.363,20	36,36	35.764,51	31,82	31.299,35	31,82	31.299,35
	TOTAL ACUMULADO	100,00	98.363,20	36,36	35.764,51	68,18	67.063,86	100,00	98.363,20

ENGENHEIRA CIVIL ELIANE PEIRANO COUTELLE - CREA 39541

OUTUBRO DE 2011

10/10

- MEMORIAL DESCRITIVO -
- FORNECIMENTO E IMPLANTAÇÃO DE SAIBRO -

GENERALIDADES

Esta especificação tem por objetivo fixar as condições gerais para o fornecimento de saibro para pavimentação com pedra basáltica irregular, na rua Danton Pasquali da Rosa, no bairro Varzea.

MATERIAIS

Os materiais a serem fornecidos deverão ser constituídos de solos homogêneos, isento de raízes, blocos de rocha e outras impurezas e que apresentem características físicas e mecânicas de acordo com as diretrizes do projeto e especificações próprias da ABNT.

EQUIPAMENTOS

Serão utilizados os equipamentos de carga necessários bem como transporte com descarga mecânica do tipo basculante que atendam as especificações técnicas e do cronograma de serviço.

EXECUÇÃO

O saibro será fornecido no canteiro de obras em quantidades determinadas pelo projeto.

CONTROLE

O controle do material compreenderá:

- a) Uma caracterização completa – análise granulométrica por peneiramento e limites de liquidez e plasticidade, uma vez por dia ou para cada 250m³ de material fornecido ou a qualquer momento se assim a fiscalização exigir;
- b) Um ensaio de Índice Suporte Califórnia (ISC) a cada dois dias de efetivo fornecimento, ou para cada lote de 250m³ de material fornecido.



ELIANE PEIRANO COUTELLE
ENGENHEIRA CIVIL
CREA 39.541

- MEMORIAL DESCRITIVO -
- COLOCAÇÃO DE MEIOS-FIOS DE CONCRETO -

INTRODUÇÃO:

Esta especificação tem por objetivo fixar as condições gerais e o método construtivo para colocação de meio-fio de concreto pré-moldado, em trecho da Rua Danton Pasquali da Rosa, bairro Várzea, a ser pavimentada com pedra de basalto irregular.

1. Materiais:

Os meios-fios de concreto pré-moldados deverão atender, quanto aos materiais e métodos executivos empregados, as disposições das NBR – 5732, NBR – 5733, NBR - 5735 e NBR – 5736.

Deverão atender, ainda, as seguintes condições mínimas:

- a) consumo mínimo de cimento: 300 Kg/m³;
- b) resistência à compressão simples: 25 Mpa (250 Kgf/ cm²);
- c) desgaste por abrasão: máx. 4 mm;
- d) textura: as faces aparentes deverão apresentar textura lisa e homogênea;
- e) areia (média ou grossa), pó de pedra, cimento e concreto magro serão os materiais utilizados na fase de assentamento das peças.

2. Meios - fios:

Os meios-fios de concreto pré-moldados deverão ter comprimento de 1,00m, espessura na base de 0,12, espessura no topo de 0,10 e altura total de 0,26m. O espelho dos meios-fios assentados não poderá ser superior a 15 cm.

3. Meios - fios rebaixados:

Na frente da entrada das garagens de automóveis dos prédios existentes, serão rebaixados os meio-fios no comprimento máximo de 3,00m.

4. Equipamento:

Para a execução do assentamento de meios-fios de concreto pré-moldado, a contratada deverá providenciar o equipamento mínimo de:

- ferramentas manuais;
- soquetes manuais, com diâmetro da área de contato de 6 a 8 cm e peso de 4 kg.

5. Execução:

A execução compreenderá o assentamento e rejuntamento do meio-fio, a saber:

5.1. Assentamento:

Os alinhamentos dos meios-fios serão dados por fio de nylon esticado, com referências topográficas não superiores a 20,00 m, nas tangentes horizontais e

verticais e 5,00 m nas curvas horizontais ou verticais. Os meios-fios assentar-se-ão diretamente sobre a base acabada. Para isso a base deverá ser executada com uma largura suficiente para permitir o seu pleno apoio.

À medida que as peças forem sendo assentadas e alinhadas, após o rejuntamento deverá ser colocado o material de encosto. Este material deverá ser colocado em camadas de 10 cm e cuidadosamente apiloado com soquetes manuais, de modo a não desalinhar as peças.

Quando os meios-fios de concreto forem inseridos na base, a reconstrução da área escavada deverá ser feita com material devidamente compactado e com equipamento apropriado, nas mesmas condições anteriores.

5.2. Rejuntamento:

Concluídos os trabalhos de assentamento, o rejuntamento será feito com argamassa de cimento e areia no traço 1:3. A argamassa de assentamento deverá tomar toda a profundidade das juntas. A face exposta da junta será dividida ao meio por um friso de 3 mm.

6. Controle:

De cada 100 peças de meios-fios de concreto a fiscalização retirará uma amostra para os ensaios de resistência e desgaste. Não passando nos testes, o lote será declarado suspeito e serão retiradas mais duas amostras para novos ensaios de verificação. Não passando novamente, todo o lote será rejeitado. A fiscalização determinará a execução de uma marca indelével nas peças condenadas e fixará um prazo para sua remoção do canteiro de obra. A substituição das peças assinaladas será de responsabilidade da contratada.

Defeitos que venham a ocorrer durante ou após o assentamento deverão ser sanados. Não caberá indenização quando esses defeitos ocorrerem por falha ou negligência do executor.

7. Rampas para deficientes físicos:

Nas esquinas, nos dois sentidos, serão executados rebaixos de meio-fio destinados à circulação de deficientes físicos, atendendo à NBR 9050 e a legislação municipal, com extensão mínima de 1,20m.



ELIANE PEIRANO COUTELLE
ENGENHEIRA CIVIL
CREA 39.541

- MEMORIAL DESCRITIVO -

- PAVIMENTAÇÃO EM PEDRA BASÁLTICA IRREGULAR -

INTRODUÇÃO:

Esta especificação tem por objetivo fixar as condições gerais e o método construtivo para execução de revestimento em pedra basáltica irregular na Rua Danton Pasquali da Rosa, no bairro Várzea, com pista de rolamento de 8,00m de largura.

1. Serviços Preliminares:

Deverão ser feitos os serviços de nivelamento das partes da via a ser pavimentada, a fim de delimitar as perfeitas intersecções das vias existentes e o escoamento das águas pluviais e dos passeios, com equipamento e maquinário adequados.

2. Movimento de Terra:

Inicialmente, deverá ser executada a limpeza de toda a via a ser pavimentada. Esta limpeza deverá remover todo o entulho presente no local, bem como remover solo impróprio por escavação mecânica com retroescavadeira, de no mínimo 0,20m de profundidade.

3. Materiais:

As pedras irregulares devem ser de basalto, de granulação fina ou média, não devendo apresentar sinais de degradação.

4. Equipamentos:

O equipamento utilizado deverá prover a completa execução dos serviços adaptando-se às condições locais, sob responsabilidade da contratada: rolo compactador vibratório de rodas lisas; - maço, também chamado "soco de dois", que consiste em um peso de 35 kg e cuja base tenha um diâmetro de 40 a 50 cm; - ferramentas diversas, tais como: martelo de calceteiro, ponteira de aço, pá, carrinho de mão, régua, nível de pedreiro, cordel, vassoura, etc.

5. Execução:

As pedras irregulares deverão ser cravadas de topo por percussão, justapostas sobre o colchão de saibro com espessura de no mínimo 20 cm, sendo ajustadas e batidas com martelo apropriado de calceteiro. Após o assentamento das pedras, será processado o rejunte e a rolagem com compactação. Junto aos meios-fios, numa faixa de 0,50m de largura, as pedras serão rejuntadas com argamassa de cimento e areia no traço de 1:3. Na área restante as pedras serão rejuntadas com areia de granulação média, pó de pedra ou argamassa seca de cimento e areia, no traço 1:5.

Após o rejunte, será feita a retirada do excesso de materiais, iniciando-se a rolagem (ou compactação).

A rolagem (ou compactação) será sempre mecânica, salvo nos casos onde se tornar impossível o uso de equipamento. Neste caso, será usado "soco de dois".

Os vazios resultantes da compactação serão preenchidos novamente.

As bocas das ruas interseccionadas deverão ser calçadas até o alinhamento dos terrenos e arrematadas com uma linha de meio fios, no nível do pavimento.

6. Medição:

Os serviços de fornecimento e assentamento de pedras irregulares serão medidos por metro quadrado de pavimentação executada.



ELIANE PEIRANO COUTELLE
ENGENHEIRA CIVIL CREA 39451

CONTRATO DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS E FORNECIMENTO DE MATERIAS N.º _____/2011.

Celebrado entre o **MUNICÍPIO DE SANTO ANTÔNIO DA PATRULHA**, pessoa jurídica de Direito Público Interno, inscrito no CNPJ sob o nº 88.814.199/0001-32, com sede de sua Prefeitura na Av. Borges de Medeiros, 456, administrado por seu Prefeito Municipal, **Sr. DAÍÇON MACIEL DA SILVA**, brasileiro, casado, inscrito no CPF/MF sob o nº 105.119.620/53, portador da C.I nº 6015457127, residente e domiciliado na Rua Mauricio Cardoso, nº 083, neste Município, neste ato denominado **CONTRATANTE**, e, de outro lado, empresa _____, inscrita no CNPJ sob o nº _____, com sede na Rua _____, nº _____, Bairro _____, na cidade de _____, por seu representante legal Sr.(a) _____, __ (nacionalidade)__, __ (estado civil)__, __ (profissão)__, inscrito no CPF/MF sob o nº _____, portador da C.I. nº _____, residente e domiciliado na Rua _____, nº _____, Bairro _____, na cidade de _____, neste ato denominado de **CONTRATADA**, em conformidade com o Processo Licitatório na Modalidade de **CARTA CONVITE Nº 037/2011**, a Lei 8.666/93 e suas alterações posteriores, mediante as seguintes cláusulas e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA – Do Objeto: O objeto do presente contrato consiste na contratação de Empresa para Prestação de Serviços e fornecimento de materiais destinados a **PAVIMENTAÇÃO COM PEDRA BASÁLICA IRREGULAR E MEIO FIO EM CONCRETO, COM 276,36 METROS DE COMPRIMENTO POR 8,00 METROS DE LARGURA, NA RUA DANTON PASQUALI DA ROSA**, neste Município, de acordo com o solicitado no memorando nº 344/2011 e Termo de Pedido de Compras nº 2011/3577, oriundos da Secretaria Municipal das Obras, Trânsito e Segurança e Memorial Descritivo planilhas orçamentárias, plantas e organograma físico financeiro em anexo, sendo estas, partes integrantes do presente processo licitatórias.

Observações do Objeto:

a) A obra será executada de forma indireta, no regime de empreitada por preço global (art. 10, inciso II, alínea “a” da Lei 8.666/93).

b) A **CONTRATADA** deverá fornecer todos os equipamentos necessários para a realização dos serviços (remoção de entulhos, transporte dos materiais e mão-de-obra e demais equipamentos e serviços necessários para a realização dos serviços).

c) Fica expressamente proibida a utilização de qualquer equipamento desta Prefeitura Municipal para a realização deste serviço.

CLÁUSULA SEGUNDA – Do recebimento da Obra:

a) **Provisoriamente**, o que será feito pelos fiscais do contrato a engenheira **ELIANE PEIRANO COUTELLE e DELMO TEDESCO** servidores desta Municipalidade, mediante termo circunstanciado, (Laudo Técnico de Vistoria) assinado pelas partes, dentro de 10 (dez) dias da comunicação escrita da **CONTRATADA**.

b) **Definitivamente**, o que será feito pelos fiscais do contrato A Engenheira **ELIANE PEIRANO COUTELLE e DELMO TEDESCO**, servidores desta Municipalidade, responsáveis e

designados pela autoridade superior competente da **CONTRATADA**, mediante termo circunstanciado (Laudo Técnico de Vistoria), assinado pelas partes, após o decurso do prazo de observação, que será de 30(trinta) dias, ou de vistoria que comprove a adequação do objeto aos termos contratuais.

c) O recebimento provisório ou definitivo, não exclui a **CONTRATADA**, a responsabilidade civil pela solidez e segurança da obra, nem a ética-profissional pela perfeita execução deste contrato.

d) A **CONTRATANTE**, rejeitará no todo ou em parte, a obra ou serviço, que estiver em desacordo com o edital licitatório e seus anexos e respectivo contrato ou que demonstre qualquer anormalidade (defeito e avarias) na sua execução.

CLÁUSULA TERCEIRA: Do valor Contratual: O valor contratual é R\$ _____

(_____)

MÃO DE OBRA: R\$ _____ (_____)

VLR MATERIAIS: R\$ _____ (_____)

CLÁUSULA QUARTA: Da forma de pagamento: O pagamento do objeto deste contrato dar-se-á em moeda corrente vigente no País, da seguinte forma:

a) O pagamento será efetuado em 03 parcelas, correspondente aos serviços estabelecidos para execução, e será efetuado em até 15 (quinze) dias após o término do serviço mediante apresentação dos respectivos documentos de cobrança e conferência realizada pelos fiscais do contrato, servidores **Engenheira ELIANE PEIRANO COUTELLE e DELMO TEDESCO, Diretor de Obras da Sede;**

b) Deverá conter na Nota Fiscal o Número da Licitação "**CARTA CONVITE Nº 037/2011**" e o número da Nota de Empenho Prévio, emitida por esta Prefeitura.

d) A Nota Fiscal deve vir acompanhada da Certidão Negativa de Débito do INSS, prova de regularidade junto ao FGTS, cópia da carteira de trabalho assinada, documentos de eventuais pagamentos de insalubridade, cópias dos recibos de pagamentos, salários, e se for o caso, de verbas rescisórias dos referidos funcionários.

e) A Prefeitura Municipal não realizará liquidação e pagamento de despesas sem que a **CONTRATADA**, comprove documentalmente, a concessão de Equipamentos de Proteção Individual (EPI), o pagamento integral de salário, férias, gratificação natalina, verbas rescisórias e o recolhimento integral de INSS e FGTS, relativamente a todos os empregados vinculados aos serviços contratados. Bem como, fiscalizará o cumprimento da legislação trabalhista e previdenciária por parte da **CONTRATADA**.

f) O CNPJ da **CONTRATADA** constante na Nota Fiscal deverá ser o mesmo da documentação apresentada no processo licitatório.

g) Não será efetuado qualquer pagamento à **CONTRATADA** enquanto houver pendência de liquidação de obrigação financeira, por parte da mesma correspondente a Tributos ou outros de qualquer natureza, para com a **CONTRATANTE**, assim como, pela inadimplência deste ou outro Contrato qualquer.

CLÁUSULA QUINTA – Da Fiscalização:

A fiscalização deste contrato será realizada pelos servidores **Engenheira ELIANE PEIRANO COUTELLE e DELMO TEDESCO, Diretor de Obras da Sede**, designados pela Secretaria Municipal das Obras, Trânsito e Segurança, onde serão considerados todos os requisitos constantes neste instrumento.

CLAÚSULA SEXTA - Da Dotação: As despesas decorrentes do presente contrato correrão por conta da seguinte dotação orçamentária:

ÓRGÃO 06 – SECR. MUNIC DAS OBRAS, TRÂNSITO E SEGURANÇA.

UNIDADE ORÇAMENTÁRIA 02 – DEPARTAMENTO DE OBRAS URBANAS.

FUNÇÃO 15 - URBANISMO

SUB-FUNÇÃO 451 – INFRA-ESTRUTURA URBANA

PROGRAMA 0106 – Ações de Infra – Estrutura e Saneamento

PROJETO 2.017 – Manutenção do Dpto de Obras Urbanas

DESPESA 3.3.9.0.39.00.00.00.00 – OUTROS SERV. DE TERCEIROS-PESSOA JURIDICA (241)

RUBRICA: 33903921000000 – MANUTENÇÃO E CONSERVAÇÃO DE ESTRADAS E VIAS

CLÁUSULA SÉTIMA: Da responsabilidade da CONTRATANTE: -

7.1) A fiscalização dos serviços contratados, para exigir o fiel cumprimento do objeto contratual.

7.2) Efetuar o pagamento de acordo com o estabelecido na Cláusula Quarta.

7.3) Fornecer dados e informações que a **CONTRATADA** necessite para a execução do presente contrato.

CLÁUSULA OITAVA - É de responsabilidade da CONTRATADA:

8) No momento da assinatura deste instrumento:

8.1) Relação dos funcionários envolvidos diretamente na execução da obra, bem como mantê-la atualizada durante a vigência deste contrato, sob pena de decair o direito a contratação.

8.2) Durante a execução do contrato:

8.3) Substituir no prazo máximo de uma semana, pessoa sob a sua responsabilidade, que esteja prejudicando o bem andamento dos trabalhos.

8.4) Refazer quaisquer obras e serviços, ou, substituir materiais executados ou fornecidos com defeitos, avarias ou em desobediência às Normas Técnicas vigentes, às suas expensas, desde que, atestadas pela Fiscalização do Município, que registrará o fato no Diário de Obras, e determinará as providências cabíveis no caso.

8.5) Remover durante e após a conclusão dos trabalhos, entulhos, restos de materiais e lixos de qualquer natureza, provenientes da obra ou serviços, objeto deste contrato.

8.6) Cumprir e fazer cumprir todas as normas Federais, Estaduais e Municipais, regulamentadoras sobre Medicina e Segurança do Trabalho de seus empregados, bem como, assumir todas as responsabilidades decorrentes da relação de trabalho, tais como, os encargos previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas;

8.7) Reservar em seu canteiro de obras, instalações para uso da fiscalização da **CONTRATANTE**, devendo estas instalações, serem submetidas à aprovação desta, se necessário, assegurando à mesma o acompanhamento do responsável pela obra e o fornecimento de todas as informações requeridas, bem como, acesso seguro a todos os locais da obra.

8.8) Sinalizar e iluminar convenientemente, às suas expensas, os trechos de execução da obra ou serviço, objeto deste contrato, de acordo com as Especificações Técnicas e Normas Brasileiras, vigentes, bem como as em vigor no Município.

8.9) Registrar o serviço da empreitada no CREA, em observância ao disposto na Lei nº 6.496, de 07 de dezembro de 1977.

8.10) Colocar, às suas expensas, nos lugares de execução das obras ou serviços, em locais visíveis, desde a instalação do canteiro, 02 (duas) placas com dizeres e dimensões, de acordo com o modelo fornecido pelo Município, as quais, no término das obras passarão à propriedade deste Município e deverão ser recolhidas ao depósito da Secretaria Municipal de Obras e Trânsito.

8.11) Reservar em sua sede, local para o pleno desempenho do acompanhamento e fiscalização dos serviços, o que será realizado pelos fiscais engenheira **ELIANE PEIRANO COUTELLE e DELMO TEDESCO**, Diretor de Obras da Sede, indicados pela **CONTRATANTE**.

8.12) Tomar todas as providências relativas às máquinas, equipamentos e transportes.

8.13) Efetuar o pagamento de todos os impostos, diretos e indiretos referentes à execução da obra.

8.14) Manter o Diário de Obras, registros de todas as ocorrências da obra, relativas a serviços, prazos, pessoal, maquinários, comunicações entre as partes e demais fatos que se fizerem necessários, atualizados dia a dia.

8.15) Durante toda a vigência do contrato, toda correspondência enviada pela **CONTRATADA** ao **CONTRATANTE**, referente ao objeto do contrato, deverá ser encaminhada, exclusivamente por meio dos Fiscais, engenheira **ELIANE PEIRANO COUTELLE e DELMO TEDESCO**, Diretor de Obras da Sede;

8.16) Comunicar por escrito, qualquer anormalidade que, eventualmente, apure ter ocorrido na execução dos serviços, ou que possam comprometer a sua qualidade, especialmente aos referentes aos bens objetos deste contrato.

8.17) Assumir inteira e expressa responsabilidade, pelas obrigações sociais e de proteção aos seus empregados, bem como, pelos encargos previdenciários, fiscais, comerciais e trabalhistas, resultantes da execução dos serviços decorrentes deste contrato.

8.18) Prestar informações exatas, e não criar embaraços à fiscalização do **CONTRATANTE**.

8.19) Não transferir a terceiros no todo ou em parte, as obrigações decorrentes deste contrato.

8.20) Indenizar terceiros por prejuízos que vier a causá-los, em decorrência da execução do objeto contratual.

8.21) Reparar, corrigir, remover, reconstituir ou substituir as suas expensas, no total ou em parte, o objeto do contrato em que se verificarem vícios, defeitos ou incorreções, resultantes da execução ou de materiais empregados, sem ônus ao **CONTRATANTE**.

8.22) O representante do **CONTRATANTE** anotará em livro próprio, todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das falhas ou defeitos observados. As decisões ou providências que ultrapassem a sua competência serão solicitadas a seus superiores, em tempo hábil para a adoção das medidas convenientes.

8.23) Manter durante toda a execução do contrato, em compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação.

8.24) Manter no local da obra ou serviço, o Engenheiro Civil ou Arquiteto responsável, legalmente habilitado e de comprovada experiência na execução de obras ou serviços, similar ao do objeto do presente contrato.

8.25) Respeitar e cumprir o **Parecer Técnico nº 013/2011**, do Departamento Municipal de Meio Ambiente que se refere especificamente à construção da obra em epígrafe, parte integrante deste contrato.

Faz-se necessário respeitar as seguintes restrições:

a) Solicitação de autorização prévia expedida pelo Departamento de Meio Ambiente, quando da necessidade de supressão vegetal;

b) A implementação da obra deverá obedecer rigorosamente ao Memorial descritivo e projeto técnico;

c) O material remanescente resultante das obras deverá ser reutilizado;

d) A empresa contratada para execução da obra deverá responsabilizar-se por qualquer dano ambiental que venha a ocorrer durante o processo de execução;

e) A empresa contratada deverá adotar procedimentos técnicos em conformidade com a legislação ambiental municipal afim de minimizar impactos na vizinhança no se refere a emissão de ruídos, poluição atmosférica e transtorno no trânsito;

f) Fica expressamente proibido o acúmulo de entulhos proveniente da obra no local de implementação dos serviços, sendo que os mesmos deverão ser encaminhados a local devidamente licenciado;

8.26) **A CONTRATADA**, deverá consignar garantia de construção de 5 (cinco) anos, conforme prescrito no art. 27 da Lei 8.087 d 11/09/90.

CLÁUSULA NONA – Da Vigência: O presente contrato terá vigência de 120 (cento e vinte) dias a contar de sua assinatura, e recebimento da ordem de serviço, podendo ser renovado por igual período.

CLÁUSULA DÉCIMA - Descumprimento contratual: Nos casos de descumprimento contratual além da rescisão, poderão ser aplicadas as seguintes penalidades à **CONTRATADA**, garantida a prévia defesa, salvo por motivo de força maior ou caso fortuito:

a) Multa de 0,5 % (meio por cento) do valor atualizado do contrato por dia de atraso, limitado esta a 05 (cinco) dias após a solicitação da Secretaria, após será considerado inexecução contratual;

b) Multa de 8 % (oito por cento) do valor atualizado do contrato no caso de inexecução parcial do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 01 (um) ano;

c) Multa de 10 % (dez por cento) do valor atualizado do contrato no caso de inexecução total do contrato, cumulada com a pena de suspensão do direito de licitar e o impedimento de contratar com a Administração pelo prazo de até 02 (dois) anos.

d) A multa será descontada dos pagamentos, ou ainda, quando for o caso, cobrada judicialmente. - Nenhum pagamento será feito ao contratado que tenha sido multada, antes de pagar a multa.

e) Causar prejuízo resultante da execução ou inadimplência contratual: declaração de inidoneidade de licitar e contratar com a Administração Pública enquanto perdurarem os motivos determinantes da punição ou até que seja promovida a reabilitação perante a própria autoridade que aplicou a penalidade, que será concedida sempre que o contratado ressarcir a Administração pelos prejuízos resultantes e após decorrido o prazo não superior a dois anos e multa no valor de 10%(dez por cento) do valor atualizado do objeto do contrato”.

f) “Da aplicação das penas definidas nos itens “a”, “b”, “c” “d” e “e” deste contrato, caberá recurso no prazo de cinco dias úteis”.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA - Da inexecução total ou parcial do presente contrato enseja a sua rescisão, com as conseqüências contratuais e legais aplicáveis. Constituem, também, motivos para a rescisão do presente contrato os arrolados no art. 78 da Lei 8.666/93. Quando a rescisão for por interesse público, o **CONTRATANTE** avisará à **CONTRATADA** com a antecedência mínima de 15 dias, sem que ao mesmo caiba quaisquer indenizações, resguardo o pagamento pelos serviços já executados.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA - Em caso de atraso no pagamento, o CONTRATANTE pagará juros de 0,5% (meio por cento) ao mês, calculado sobre o valor da parcela vencida.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA – O presente contrato está vinculado ao Processo Licitatório na Modalidade de **CARTA CONVITE Nº 037/2011..**

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA - Aplica-se ao presente contrato a Lei 8.666/93 e nos casos omissos a Legislação Civil em vigor.

CLÁUSULA DÉCIMA QUINTA - As partes contratantes elegem o Foro da comarca de Santo Antônio da Patrulha para solucionar todas as questões oriundas deste contrato, renunciando as partes a qualquer outro por mais privilegiado que seja.

E, por estarem justos e contratados, assinam o presente instrumento em quatro vias de igual teor e forma, na presença de duas testemunhas.

Santo Antônio da Patrulha, _____ de _____ 2011.

DAIÇON MACIEL DA SILVA
Prefeito Municipal
CONTRATANTE

(Contratada)
CONTRATADA

TESTEMUNHAS:

Nome
CPF

Nome
CPF

Responsáveis pela Fiscalização:

ELIANE PEIRANO COUTELLE
CREA:

DELMO TEDESCO
CPF: